

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2009
(Do Sr. Celso Russomanno)

Solicita ao Ministério do Meio Ambiente informações sobre a revisão dos limites da Reserva Extrativista de Canavieiras, no Estado da Bahia.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao andamento das seguintes reivindicações - que tratam da revisão dos limites da Reserva Extrativista de Canavieiras - protocoladas no Ministério do Meio Ambiente, pela prefeitura municipal de Canavieiras (BA):

1 – reivindicações protocoladas no Ministério do Meio Ambiente nos dias 20 de dezembro de 2005 e 30 de agosto de 2006;

2 – reivindicações protocoladas no Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável, órgão vinculado ao Ibama, nos dias 14 de fevereiro de 2006 e 29 de março de 2006: e

3 – reivindicação protocolada no Departamento de Áreas Protegidas desse Ministério em 30 de setembro de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

Em 5 de junho de 2006, por meio decreto assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Reserva Extrativista (Resex) de Canavieiras, localizada nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, no Estado da Bahia. De acordo com o documento, o objetivo da Resex de Canavieiras é a proteção dos meios de vida e da cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A população de Canavieiras apoia a criação da Resex, pois reconhece a importância da proteção e da preservação do meio ambiente e, de forma particular, de um ecossistema frágil como o manguezal. No entanto, faz-se necessária a observação de algumas questões relacionadas com o impacto socioeconômico que as restrições impostas pela implantação da reserva, na forma prevista, pode trazer ao município, especialmente aquelas relacionadas com a geração de emprego e renda. A implantação da reserva extrativista imporá a remoção de muitos moradores cuja sobrevivência depende de atividades exercidas em suas propriedades, como a pesca, a agricultura, o turismo e outros serviços.

Atualmente, na área, foi implantado um polo turístico pelo governo estadual da Bahia, denominado Costa do Cacau, onde empresários brasileiros e estrangeiros investiram recursos que impulsionam a implantação de ampla infraestrutura, como a construção de rodovias e a ampliação da infraestrutura de comunicação. Essa estrutura estimula o desenvolvimento de projetos e a intensificação das atividades comerciais, industriais, de serviços e de artesanato, gerando renda, emprego, melhoria no nível de ensino e de qualificação da mão-de-obra, além do aumento na arrecadação de tributos nos municípios da região.

Esclarecemos que a implantação desses projetos se dá de forma sustentável e com total respeito à preservação da vegetação nativa e à legislação ambiental local, uma vez que é do total interesse do turismo a preservação dos recursos naturais da região e de sua beleza nativa.

Antevemos, com a implantação da Resex de Canavieiras, um cenário desalentador para os municípios envolvidos, uma vez que haverá a

desapropriação de grande parte dos ocupantes da área, proprietários de terras, fazendeiros e produtores locais, gerando processos judiciais em grande escala, além do aumento do desemprego e de todos os problemas sociais decorrentes da queda na qualidade de vida da população e do aumento da pobreza.

Por fim, gostaríamos de registrar que a população local alega que, no processo de consulta popular, não houve ampla divulgação, transparência, entre outras sérias irregularidades.

Assim, foram formalizadas e encaminhadas a esse Ministério do Meio Ambiente, pela prefeitura de Canavieiras, algumas reivindicações sobre o processo de criação e implantação da Reserva Extrativista de Canavieiras, especialmente sobre a revisão de seus limites. Elas foram protocoladas, junto a esse Ministério, nas seguintes datas: 20 de dezembro de 2005, 30 de agosto de 2006, 14 de fevereiro de 2006, 29 de março de 2006 e 30 de setembro de 2008.

Apesar do longo tempo decorrido desde o envio desses documentos, até o momento, o município de Canavieiras ainda se encontra sem uma manifestação oficial desse Ministério.

Isso posto, entendemos que o Poder Executivo, por meio do Ministério do Meio Ambiente, deve esclarecer esta Casa sobre o andamento das reivindicações acima fundamentadas.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado CELSO RUSSOMANNO